

## Alerta Legislação nº 05, de 29 jan. a 3 fev. 2018

### Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

Visite nosso endereço na Internet e conheça  
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

## DESTAQUES

### Governo Federal

#### ■ **DECRETO Nº 9.276, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018**

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2018 e dá outras providências.

### DOE Legislativo

#### ■ **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 2, DE 2018**

MENSAGEM A-nº 02/2018 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO  
São Paulo, 04 de janeiro de 2018.

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Assembleia, o incluso projeto de lei complementar que dispõe sobre a **concessão do abono complementar aos servidores do Estado e das Autarquias, ativos, inativos e pensionistas.**

(...)

[DOE, Legislativo, 02/02/2018, p. 78](#)

#### ■ **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1, DE 2018**

MENSAGEM A-nº 01/2018 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO  
São Paulo, 04 de janeiro de 2018

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Assembleia, o incluso projeto de lei que dispõe **sobre os vencimentos e salários dos servidores.**

(...)

[DOE, Legislativo, 02/02/2018, p. 69](#)

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

**PUBLICAÇÃO  
DOU**

**SUPERIOR**

<p><b>02/02/2018 - Edição extra</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 9.276, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018</u></b> Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2018 e dá outras providências.</p>
<p><b>02/02/2018</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 9.274, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018</u></b> Altera o Regulamento do Serviço Nacional de Aprendizagem, aprovado por meio do <a href="#">Decreto nº 566, de 10 de junho de 1992</a>.</p>
<p><b>01/02/2018</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 9.273, DE 31.1.2018</u></b> Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas, firmado em Brasília, em 15 de abril de 2015</p>
<p><b>30/01/2018</b></p>	<p><b><u>DECRETO DE 29 DE JANEIRO DE 2018</u></b> Dispõe sobre o limite máximo anual para as despesas com o Programa Seguro-Emprego.</p>
<p><b>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</b></p>	<p><b>MARGINÁLIA FEDERAL</b></p>
<p><b>Ministério da Defesa (MD)</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b> <b><u>PORTARIA NORMATIVA Nº 3/MD, DE 25 DE JANEIRO DE 2018</u></b> Aprova o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas em 2019.</p>
<p><b>Ministério da Educação</b></p>	<p><b>FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)</b> <b><u>RESOLUÇÃO Nº 20, DE 30 DE JANEIRO DE 2018</u></b> Altera as Resoluções nº 3, de 13 de dezembro de 2017; nº 6, de 13 de dezembro de 2017; nº 7, de 13 de dezembro de 2017 e nº 12, de 13 de dezembro de 2017. <i>(Fundo de Financiamento Estudantil)</i></p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 19, DE 30 DE JANEIRO DE 2018</u></b> Dispõe sobre o valor de pagamento mínimo durante a fase de amortização dos contratos de financiamento do Fundo de financiamento Estudantil (Fies) formalizados a partir do 1º semestre de 2018.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 18, DE 30 DE JANEIRO DE 2018</u></b> Dispõe sobre a definição do percentual de financiamento dos contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) formalizados a partir de 1º de janeiro de 2018.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 17, DE 30 DE JANEIRO DE 2018</u></b> Autoriza o FNDE a editar ato normativo para regulamentar a contratação, pelo estudante financiado, de seguro prestamista.</p>

	<p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 16, DE 30 DE JANEIRO DE 2018</u></b> Dispõe sobre o valor semestral máximo e mínimo de financiamento no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 15, DE 30 DE JANEIRO DE 2018</u></b> Dispõe sobre o valor máximo de financiamento no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para os contratos formalizados até o 2º semestre de 2016.</p>
<p><b>Ministério da Fazenda (MF)</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b> <b><u>PORTARIA Nº 37, DE 29 DE JANEIRO DE 2018</u></b> Altera a Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil.</p> <p><b>BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC)</b> <b><u>RESOLUÇÃO Nº 4.628, DE 25 DE JANEIRO DE 2018</u></b> Regulamenta o inciso II do art. 5º-C da <a href="#">Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001</a>, de que trata o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), com a finalidade de estabelecer a forma de definição da taxa de juros real igual a zero.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 4.626, DE 25 DE JANEIRO DE 2018</u></b> Altera a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.</p> <p>→ <b>Área de Regulação - Departamento de Regulação do Sistema Financeiro</b> <b><u>CARTA CIRCULAR Nº 3.864, DE 31 DE JANEIRO DE 2018</u></b> Altera a redação da Carta Circular nº 3.848, de 15 de dezembro de 2017, que divulga instruções para o registro de operações de crédito contratadas ao amparo do art. 5º, § 1º e do art. 5º, § 2º, inciso II, da Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017, no Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público (Cadip).</p> <p><b>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)</b> → <b>Vice-Presidência de Fundos de Governo de Loterias</b> <b><u>CIRCULAR Nº 799, DE 29 DE JANEIRO DE 2018</u></b> Dispõe sobre o Orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para o exercício de 2018, e dá outras providências.</p> <p><b><u>CIRCULAR Nº 798, DE 29 DE JANEIRO DE 2018</u></b> Dispõe sobre o Orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, do exercício de 2017, e dá outras providências.</p> <p><b><u>CIRCULAR Nº 797, DE 29 DE JANEIRO DE 2018</u></b> Define critérios e procedimentos para a cessão de Ativos e Passivos com <i>funding</i> FGTS, entre agentes habilitados a operar com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço junto ao Agente Operador.</p> <p><b>CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ)</b> → <b>Secretaria Executiva</b> <b><u>ATO COTEPE/ICMS Nº 5, DE 30 DE JANEIRO DE 2018</u></b></p>

	Divulga planilha eletrônica com informações gerais do regime da substituição tributária relativas ao Estado de São Paulo
<b>Ministério da Saúde (MS)</b>	<p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)</b>  <b>– Diretoria Colegiada (DC)</b>  <u><b>RESOLUÇÃO - RDC Nº 200, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017</b></u><sup>(*)</sup>  Dispõe sobre os critérios para a concessão e renovação do registro de medicamentos com princípios ativos sintéticos e semissintéticos, classificados como novos, genéricos e similares, e dá outras providências.  <i>(*) Republicada por ter saído no DOU nº 248, de 28-12-2017, Seção 1, pág. 84, com incorreção no original.</i></p> <p><b>SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS)</b>  <u><b>PORTARIA CONJUNTA Nº 4, DE 23 DE JANEIRO DE 2018</b></u>  Aprova as Diretrizes Diagnósticas e Terapêuticas do Carcinoma de Mama.</p>
<b>Ministério das Cidades (MCidades)</b>	<p><b>CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN)</b>  <u><b>DELIBERAÇÃO Nº 167, DE 30 DE JANEIRO DE 2018</b></u>  Altera a Resolução CONTRAN nº 598, de 24 de maio de 2016, que regulamenta a produção e a expedição da Carteira Nacional de Habilitação, com novo leiaute e requisitos de segurança.</p>
<b>Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil</b>	<p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (ANAC)</b>  <u><b>RESOLUÇÃO Nº 461, DE 25 DE JANEIRO DE 2018</b></u>  Dispõe sobre os procedimentos de embarque e desembarque de passageiros armados, despacho de armas de fogo e de munição e transporte de passageiros sob custódia a bordo de aeronaves civis.</p>
<b>Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais</b>	<p><b>CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN)</b>  <u><b>RESOLUÇÃO Nº 565, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017</b></u>  Dispõe sobre as regras e procedimentos para a Interdição Ética do exercício profissional da enfermagem no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.</p>
<b>Publicação DOE-SP</b>	<b>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</b>
<b>PUBLICAÇÃO DOE</b>	<b>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</b>
<b>02/02/2018</b>	<p><u><b>LEI Nº 16.671, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018</b></u>  (Projeto de lei nº 211, de 2017, do Deputado Cássio Navarro – PMDB)  Dispõe sobre a criação do Plano de Ação de Emergências contra os efeitos da ressaca no litoral do Estado</p> <p><u><b>LEI Nº 16.669, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018</b></u></p>

	<p>(Projeto de lei nº 250, de 2016, do Deputado Marcos Damasio – PR) Institui a “Campanha Permanente de Conscientização e Combate ao Mosquito Aedes Aegypti”</p> <p><b><u>LEI Nº 16.668, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018</u></b> (Projeto de lei nº 573, de 2013, dos Deputados Célia Leão – PSDB e Cauê Macris – PSDB) Cria o “Circuito das Flores Paulista”, integrado pelos Municípios de Artur Nogueira, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Jaguariúna, Santo Antônio de Posse e Campinas</p>
<b>31/01/2018</b>	<p><b><u>DECRETO Nº 63.038, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017</u></b> <b>Retificação do D.O. de 12-12-2017</b> Na ementa, do Anexo I, leia-se como segue e não como constou: ANEXO I a que se refere o parágrafo único do artigo 3º do <a href="#">Decreto nº 54.553, de 15 de julho de 2009</a>, com a redação dada pelo Decreto nº 63.038, de 11 de dezembro de 2017 Convênio que celebram o Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria da Educação e o Município de _____, objetivando a implementação do Programa “Ler e Escrever” e do Projeto “Educação Matemática nos anos Iniciais do Ensino Fundamental” na rede pública municipal de ensino</p>
<b>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</b>	<b>MARGINÁLIA ESTADUAL</b>
<b>Casa Civil (CC)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b> <b><u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG/SF/SPG-1, DE 30-1-2018</u></b> Dispõe sobre procedimentos, tramitação e prazo para a apresentação das propostas de indicadores, critérios de apuração e avaliação, linhas de base e metas, visando o pagamento da Bonificação por Resultados - BR aos servidores a que se referem as <a href="#">LC 1.078-2008</a>, <a href="#">1.079-2008</a>, <a href="#">1.086-2009</a>, <a href="#">1.104-2010</a>, <a href="#">1.121-2010</a>, e <a href="#">1.245-2014</a></p>
<b>Fazenda (SF)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b> <b><u>RESOLUÇÃO SF 12, DE 01-02-2018</u></b> Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SF 11, DE 31-01-2018</u></b> Fixa a taxa de administração devida à São Paulo Previdência - SPPREV, para o exercício de 2018</p> <p><b>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF)</b> <b><u>COMUNICADO CAF-G - 3, DE 24-1-2018</u></b> Divulga a quota-parte municipal do ICMS e do Fundo de Exportação dos recursos previstos no artigo 159, II da Constituição Federal, do mês de dezembro de 2017</p> <p>– <b>Contadoria Geral do Estado (CGA)</b></p>

	<p><b><u>COMUNICADO CGE 00001, DE 29-01-2018</u></b>          (...)          Demonstrativo da Arrecadação de Impostos e dos Valores Transferidos ao FUNDEB          (...)                   ⇨ ⇨ Centro de Análise Contábil e Informações          <b>Comunicado</b>  GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO          RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA          <b><u>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO</u></b>  ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL          JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - 6º BIMESTRE: NOVEMBRO - DEZEMBRO</p>
<p><b>Governo (SG)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SG-3, DE 29-1-2018</u></b>          Dispõe sobre a seleção de residentes para utilização de espaços públicos como espaços colaborativos de trabalho – <i>coworkings</i></p>
<p><b>Planejamento e Gestão (SPG)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>INSTRUÇÃO UCRH - 2, DE 30-1-2018</u></b>          (...)          1. Para o ano de 2018, os modelos de instrumentos de avaliação, os fatores de competência, os respectivos indicadores de desempenho e outras providências necessárias para fins de aplicação da <b>Avaliação de Desempenho Individual</b> instituída pelo <a href="#">Decreto 57.884, de 19-03-2012</a>, ficam definidos de acordo com a presente instrução.          (...)          <b><u>INSTRUÇÃO UCRH 01, DE 29-1-2018</u></b>          (...)          1. Para o ano de 2018, os modelos de instrumentos de avaliação, os fatores de competência, os respectivos indicadores de desempenho e outras providências necessárias para fins de aplicação da Avaliação de Desempenho Individual instituída pelo <a href="#">Decreto 57.780, de 10-02-2012</a>, alterado pelo <a href="#">Decreto 58.373, de 05-09-2012</a>, ficam definidos de acordo com a presente instrução.          (...)</p>
<p><b>Procuradoria Geral do Estado (PGE)</b></p>	<p><b>GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO CONJUNTA PGE-IAMSPE - 1, DE 31-1-2018</u></b>          Autoriza a celebração de acordos judiciais na forma que especifica          (...)          <b>Artigo 1º.</b> O Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - Iamspe - indicará preposto que participará de audiências de conciliação perante os órgãos do Poder Judiciário Estadual com poderes exclusivos para celebrar acordos em ações que versem sobre cessação de descontos para contribuição médico-hospitalar e odontológica.          (...)</p>

<b>Defensoria Pública do Estado (DPE)</b>	<p><b>DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG)</b>  <b><u>ATO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, DE 2-2-2018</u></b>  Dispõe sobre o edital referente ao Concurso de Promoção para os/as Defensores/as Públicos/as ocupantes dos cargos de Nível II para o Nível III da Carreira de Defensor Público do Estado, relativo ao ano de 2018</p>
<b>Publicação DOE - Legislativo</b>	<b>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</b>
<b>03/02/2018</b>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b>  <b><u>PROJETO DE LEI Nº 9, DE 2018</u></b>  Classifica Pedregulho como Município de Interesse Turístico"  <a href="#">DOE, Legislativo, 03/02/2018, p. 7</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 8, DE 2018</u></b>  Classifica como Município de Interesse Turístico o Município de Nhandeara.  <a href="#">DOE, Legislativo, 03/02/2018, p. 6</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2018</u></b>  Classifica Indaiatuba como Município de Interesse Turístico.  <a href="#">DOE, Legislativo, 03/02/2018, p. 6</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 6, DE 2018</u></b>  Classifica como de interesse turístico o Município de Bauru.  <a href="#">DOE, Legislativo, 03/02/2018, p. 6</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 5, DE 2018</u></b>  Classifica Vinhedo como Município de Interesse Turístico.  <a href="#">DOE, Legislativo, 03/02/2018, p. 5</a></p>
<b>02/02/2018</b>	<p><b>MENSAGENS DO GOVERNADOR</b>  <b><u>MENSAGEM ANUAL À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA</u></b>  Senhor Presidente,  Senhores Deputados,  Em cumprimento à Constituição do Estado, tenho a honra de encaminhar a essa Assembleia o relatório das atividades do Governo relativo ao ano de 2017, do qual esta mensagem é uma breve síntese.  (...)</p> <p><b>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR</b>  <b><u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 2, DE 2018</u></b>  MENSAGEM A-nº 02/2018 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO São Paulo, 04 de janeiro de 2018.  Senhor Presidente  Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Assembleia, o incluso projeto de lei complementar que dispõe sobre a <b>concessão do abono</b></p>

**complementar aos servidores do Estado e das Autarquias, ativos, inativos e pensionistas.**

(...)

[DOE, Legislativo, 02/02/2018, p. 78](#)

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1, DE 2018**

MENSAGEM A-nº 01/2018 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO São Paulo, 04 de janeiro de 2018

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Assembleia, o incluso projeto de lei que dispõe **sobre os vencimentos e salários dos servidores.**

(...)

[DOE, Legislativo, 02/02/2018, p. 69](#)

**PROJETOS DE LEI**

**PROJETO DE LEI Nº 3, DE 2018**

Classifica Borborema como Município de Interesse Turístico.

[DOE, Legislativo, 02/02/2018, p. 79](#)

**PROJETO DE LEI Nº 2, DE 2018**

Dispõe sobre a proibição da operação de serviço de "telemarketing" com número restrito e fora do horário comercial, e dá providências correlatas.

[DOE, Legislativo, 02/02/2018, p. 78](#)

**PROJETO DE LEI Nº 1, DE 2018**

Dispõe sobre a proibição da realização de publicidade de cunho misógino, sexista ou estimuladora de qualquer tipo de violência sexual, pelas empresas com sede no Estado de São Paulo.

[DOE, Legislativo, 02/02/2018, p. 78](#)

**01/02/2018**

**TRIBUNAL DE CONTAS (TCE)**

**COMUNICADOS**

**COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL**

**COMUNICADO SDG Nº 03/2018**

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo torna público que, a partir de 01/02/2018, em virtude dos novos mandatos eletivos para o exercício de 2018, a composição do Tribunal Pleno e das Câmaras Julgadoras passa a ser a seguinte:

TRIBUNAL PLENO: reúne-se às 4<sup>as</sup> feiras, às 10 horas

Presidente: Conselheiro Renato Martins Costa

Vice-Presidente: Conselheiro Antonio Roque Citadini

Corregedor: Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues

Conselheiro Robson Marinho

Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

PRIMEIRA CÂMARA: reúne-se às 3<sup>as</sup> feiras, às 14h30min

Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues – Presidente

Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

SEGUNDA CÂMARA: reúne-se às 3<sup>as</sup> feiras, às 10 horas

Conselheiro Antonio Roque Citadini – Presidente

Conselheiro Robson Marinho

Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho

SDG, 31 de janeiro de 2018.

	<p><b>SÉRGIO CIQUERA ROSSI</b> SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL <a href="#">DOE, Legislativo, 01/02/2018, p. 15</a></p> <p><b>COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA</b> <b>COMUNICADO GP Nº 01/2018</b></p> <p>O Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, torna público levantamento efetuado em relação à tramitação de processos versando sobre Exames Prévios de Edital, contemplando:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. REGRAS EDITALÍCIAS REITERADAMENTE IMPUGNADAS COM JULGAMENTO DE PROCEDÊNCIA E DETERMINAÇÃO DE CORREÇÕES</li> <li>2. RESUMOS DAS DECISÕES PROFERIDAS A RESPEITO DAS MATÉRIAS QUE MAIS SE REPETIRAM DENTRE AS ACIMA ELENCADAS</li> <li>3. EDITAIS DE LICITAÇÃO FREQUENTEMENTE QUESTIONADOS, ELENCADOS POR OBJETO.</li> </ol> <p>Aludido repertório abrange as previsões editalícias mais comumente criticadas, as decisões proferidas e transitadas em julgado, com determinação de correções, e os números dos correspondentes processos.</p> <p>Foram também relacionados os objetos licitatórios mais impugnados, acompanhados dos números dos respectivos processos, da relatoria e das datas de julgamento, possibilitando que se identifiquem nesses certames as questões mais relevantes.</p> <p>As informações se referem ao período de julho a dezembro de 2017 e servirão de fonte de orientação aos jurisdicionados, como também aos Órgãos Técnicos da Casa, com o objetivo de aperfeiçoar o tratamento de tão importante assunto. Ademais, estarão disponíveis para consulta na Intranet e Internet (<a href="http://www.tce.sp.gov.br">www.tce.sp.gov.br</a>). Publique-se.</p> <p>São Paulo, 29 de janeiro de 2018. <b>SIDNEY ESTANISLAU BERALDO</b> PRESIDENTE <a href="#">DOE, Legislativo, 01/02/2018, p. 15</a></p>
<p><b>Publicação DO - Cidade</b></p>	<p><b>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</b></p>
<p><b>03/02/2018</b></p>	<p><b><u>LEI Nº 16.820, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018</u></b> (Projeto de Lei nº 441/15, do Vereador Eliseu Gabriel – PSB) Autoriza o Poder Executivo a promover a reorganização do Programa Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos – MOVA e dá outras providências.</p> <p><b><u>LEI Nº 16.819, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018</u></b> (Projeto de Lei nº 43/06, dos Vereadores Goulart – PSD e Rodrigo Goulart - PSD) Dispõe sobre a institucionalização, no âmbito do Município de São Paulo, da Lista dos Bens Turísticos de Valor Excepcional Permanente, e dá outras providências.</p> <p><b><u>LEI Nº 16.818, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018</u></b> (Projeto de Lei nº 298/17, do Vereador Gilson Barreto – PSDB)</p>

	<p>Dispõe sobre a identificação de imóveis que abrigaram grandes personalidades ou locais onde ocorreram fatos históricos relevantes.</p> <p><b><u>LEI Nº 16.817, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018</u></b>  (Projeto de Lei nº 320/17, dos Vereadores Caio Miranda Carneiro – PSB, Adriana Ramalho – PSDB, Aline Cardoso – PSDB, David Soares – DEMOCRATAS, Eduardo Tuma – PSDB, Janaína Lima – NOVO e Reginaldo Tripoli – PV)  Adota a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) como diretriz de políticas públicas em âmbito municipal, institui o Programa de sua implementação, autoriza a criação da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030) e dá outras providências.</p> <p><b><u>LEI Nº 16.816, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018</u></b>  (Projeto de Lei nº 365/17, do Vereador Fernando Holiday – DEMOCRATAS)  Estabelece como ilícito administrativo a coação exercida por guardadores de carros (“flanelinhas”), e dá outras providências.</p>
<p><b>02/02/2018</b></p>	<p><b><u>LEI Nº 16.815, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018</u></b>  (PROJETO DE LEI Nº 89/15, DO VEREADOR TONINHO PAIVA – PR)  Altera a <a href="#">Lei nº 14.472, de 10 de julho de 2007</a>, para acrescentar art. 9º-A, que dispõe sobre a comemoração ao Dia da Bandeira do Brasil na Rede Municipal de Educação na Cidade de São Paulo, e dá outras providências.</p> <p><b><u>LEI Nº 16.814, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018</u></b>  (PROJETO DE LEI Nº 230/17, DOS VEREADORES GILBERTO NASCIMENTO – PSC, ALESSANDRO GUEDES – PT, JANAÍNA LIMA – NOVO E RINALDI DIGILIO – PRB)  Dispõe sobre o acesso via internet às sessões públicas realizadas no âmbito dos procedimentos licitatórios municipais.</p> <p><b><u>LEI Nº 16.813, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018</u></b>  (PROJETO DE LEI Nº 213/17, DO VEREADOR ZÉ TURIN – PHS)  Dispõe sobre a implantação de cadastro ou outras formas de identificação dos veículos isentos da observância do Programa de Restrição ao Trânsito de Veículos Automotores no Município de São Paulo, previsto na <a href="#">Lei nº 12.490, de 3 de outubro de 1997</a>.</p> <p><b><u>LEI Nº 16.812, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018</u></b>  (PROJETO DE LEI Nº 72/16, DO VEREADOR DAVID SOARES – DEMOCRATAS)  Dispõe sobre a instituição da Campanha Permanente de Orientação, Conscientização, Prevenção e Combate ao Mosquito “Aedes aegypti” na Rede Municipal de Ensino.</p> <p><b><u>LEI Nº 16.811, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018</u></b>  (PROJETO DE LEI Nº 852/17, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO)  Dispõe sobre a autorização para a outorga de concessão do Mercado Municipal Santo Amaro e do Sacolão Santo Amaro, no âmbito do Plano Municipal de Desestatização.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: [http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home\\_1\\_0.aspx](http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx)

**Equipe Responsável pelo Boletim:**

Maria Isa de Aquino Sousa  
[mariaisa@sp.gov.br](mailto:mariaisa@sp.gov.br)

Marcelo Conti  
[mconti@sp.gov.br](mailto:mconti@sp.gov.br)

Mauro Sérgio Nascimento da Silva  
[maurosilva@sp.gov.br](mailto:maurosilva@sp.gov.br)

**Secretaria de Governo do Estado de São Paulo**

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

[ccivil@sp.gov.br](mailto:ccivil@sp.gov.br)

Biblioteca

**Cancelamento:**

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para [ccivil@sp.gov.br](mailto:ccivil@sp.gov.br) ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107